

O DIABO		MAIS	
TEMPO		TV-GUIA	
O PAIS		SETE	
O JORNAL		ÊXITO	
TAL & QUAL		A BOLA	
EXPRESSO		GAZETA DOS DESPORTOS	
SEMANARIO		RECORD	
		OFF-SIDE	
O Diabo	-6 NOV 1985		

Convergência num único candidato da democracia é necessidade imperiosa

— defendeu Ângelo Veloso em conferência de Imprensa

Ângelo Veloso, candidato do PCP à Presidência da República manifestou ontem a convicção de que «o carácter imperioso da vitória democrática nas eleições presidenciais acabará por se sobrepor a quaisquer outras considerações e por unir e empenhar todos os democratas e patriotas».

Ângelo Veloso falava no decurso de uma conferência de imprensa destinada à apresentação pública da sua candidatura. «A minha candidatura — disse o dirigente comunista — insere-se no propósito do PCP de incansavelmente tudo fazer para «derrotar os candidatos de direita e eleger para Presidente um candidato que, na linha de estabilização democrática dos últimos mandatos, dê garantias de defender o regime democrático, assegurar o funcionamento das instituições, cumprir e fazer cumprir a legalidade democrática e defender a independência nacional».

Ângelo Veloso considerou a vitória de um candidato da democracia nas eleições presidenciais um factor de «primacial importância» para assegurar o prosseguimento da evolução positiva da situação política nacional decorrente das eleições de 6 de Outubro.

Referindo-se ainda aos propósitos da sua candidatura, o dirigente do PCP acrescentou que através dela o seu partido se propõe contribuir para «esclarecer o povo português dos objectivos, do significado e dos perigos da vitória eventual de qualquer candidato da direita»; «ganhar todas as forças e sectores democráticos para a imperiosa necessidade de um acordo ou consenso e da convergência final dos votos num único candidato da democracia»; e contrariar atitudes precipitadas, voluntaristas, impositivas e unilaterais que ameacem arrastar as forças



■ Ângelo Veloso ladeado por outros dirigentes do PCP: a partir da esquerda, Vitor Dias, Octávio Pato, Domingos Abrantes, Jorge Araújo e Luísa Araújo

democráticas para uma derrota».

Encontrar as vias do consenso

Frisando que o PCP não tem até ao momento qualquer compromisso em relação a qualquer candidatura mantendo, portanto, inteira liberdade de decisão em relação às presidenciais, Ângelo Veloso admitiu a possibilidade de levar a sua candidatura até às urnas se, em caso extremo, não se reunissem consensos em torno de um candidato único das forças democráticas.

«Anima-nos a convicção — disse todavia — de que é possível encontrar as vias do consenso alargado de todos os sectores, correntes, personalidades e forças democráticas e patrióticas em torno de um só candidato da democracia».

Acerca da seriedade da sua candidatura, Ângelo Veloso foi incisivo, dizendo que ela é tão séria como qualquer das outras que se perfilam no horizonte eleitoral. «Esta é a situação de todos os partidos. Nenhum deles — frisou — pôde por si só eleger um Presidente. Se avaliarmos, por exemplo, a candidatura de Mário Soares tendo em conta os resultados obtidos pelo seu

partido nas legislativas (20%) poderia dizer-se com toda a certeza que ele não seria eleito. A mesma apreciação se pode fazer em relação a Freitas do Amaral. A única coisa que se pode colocar — acrescentou o candidato — é se vou ou não até ao fim. Ora também aqui se pode dizer que alguns dos candidatos perfilados não irão».

Ângelo Veloso pronunciou-se depois acerca da posição do seu partido relativamente a uma eventual candidatura de Salgado Zenha à Presidência, dizendo claramente que «não temos ainda posição, uma vez que ela não está formalizada. Esperamos pois pela sua eventual formalização para tomar posição».

O dirigente do PCP adiantou, no entanto, em relação a Salgado Zenha tratar-se de «um democrata» e que a sua candidatura a concretizar-se «se situará no campo da democracia».

Insistentemente questionado acerca da candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo, Ângelo Veloso referiu-se-lhe reconhecendo-a como «uma democrata» e «uma mulher com grandes dotes de simpatia e popularidade». Acusou-a, no entanto, de se ter «precipitado», de ter apresentado a sua candidatura «como um facto consumado» e de

ter decidido «avançar unilateralmente».

«Não considero que os candidatos tenham de negociar as suas posições com os partidos. Pelo contrário — disse o dirigente do PCP — penso que não podem entrar em negociações que limitem posteriormente a sua acção como chefes de Estado. Mas qualquer candidato à Presidência — acrescentou — deve ter em conta os apoios necessários para que a sua candidatura seja vitoriosa. Ora Maria de Lourdes Pintasilgo — concluiu — não reuniu esse consenso que lhe era necessário».

O papel do PR

Ângelo Veloso ocupou parte da conferência de imprensa expondo as linhas pelas quais na opinião do seu partido se deve pautar a actuação do futuro Presidente da República considerando fundamental «o combate à tendência revelada nos últimos anos, especialmente por sucessivas coligações, para a governamentalização do Estado».

Ângelo Veloso sublinhou, por outro lado, a incompatibilidade do papel que o nosso sistema constitucional reserva ao Presidente da República «com qualquer forma de aprisionamento partidário deste órgão de soberania».

O dirigente comunista considerou indispensável que o futuro Presidente defenda, cumpra e faça cumprir a Constituição da República; que garanta o regular funcionamento das instituições e a estabilidade da democracia política e da organização económica; que garanta a legalidade e a ordem democrática e assegure os direitos e liberdades dos cidadãos como elementos básicos e invioláveis do regime democrático; e que garanta a soberania, a independência e a segurança nacionais.

Tendo em conta a crise económica, Ângelo Veloso entendeu competir ainda ao Presidente da República favorecer a realização de uma política de recuperação e desenvolvimento económico, de melhoramento das condições de vida material e cultural da população e de uma política externa de independência, paz e cooperação.

O candidato do PCP lembrou, por último, que o presente quadro constitucional permite ao Presidente da República a realização destes objectivos, designadamente, através do activo controlo político de toda a actividade legislativa com o exercício do direito de veto por razões de ordem política ou por inconstitucionalidade.